

O assalto do IPTU

LUIZ ESTEVÃO

O GDF demonstra um impressionante desprezo pelos cidadãos, ao depositar sobre as costas de 360 mil contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) a conta de sua incompetência para administrar e de sua prática perdulária de gastar. Ao contrário do que diz o mentiroso discurso oficial, com o pacote que reajusta em patamares inéditos o IPTU, sofrem todos os proprietários e inquilinos do DF. Os brasilienses passam a pagar quatro vezes mais IPTU do que a média cobrada dos imóveis de Goiânia, uma cidade de porte populacional semelhante, mas com serviços urbanos muito mais eficientes.

O atual governo do DF gastou sem controle, empregou sem critérios e tentou pôr a culpa na União, acusada de negar a Brasília os repasses de verbas previstos na Constituição. Só que os valores distribuídos em 1995 foram, em reais, 42,22% maiores do que os do ano passado. Mesmo descontada a inflação, o aumento real dos repasses ainda será de 13,77%.

O expediente fácil de reajustar o IPTU em patamares assombrosos (os cálculos variam de 105% até 150%, de acordo com o imóvel) foi apresentado à população, pela propaganda sempre fala-

ciosa do GDF, como a única alternativa possível diante dos desafios de realizar obras e enfrentar os compromissos com folha de pagamento. Até obras já licitadas, orçadas e com verbas federais foram colocadas no bico de terrorismo criado para confundir a opinião pública.

Existem diversas outras maneiras de arrecadar dez vezes mais recursos, propostas exaustivamente divulgadas pelo PMDB e os demais partidos de oposição, como campanhas de incentivo à arrecadação (do tipo "bolão fiscal"), a regularização rápida dos 80 mil lotes em condomínios, cobrança das dívidas de maus contribuintes, a venda de parte das ações de empresas do GDF (CEB e BRB); e a implantação do já aprovado Setor Habitacional Noroeste.

Com salários praticamente congelados há um ano, os brasilienses não terão como se proteger do IPTU. É possível economizar água, luz ou telefone. Mas ninguém poderá economizar IPTU. Principalmente os inquilinos. Portanto, o reajuste do IPTU proposto pelo GDF é tecnicamente injustificável e socialmente injusto. Um assalto ao bolso do contribuinte.

■ **Luiz Estevão** é líder do PMDB na Câmara Legislativa